

A Coordenadoria de Atividades de Pecuária Intensiva, Irrigação e Aquicultura, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, conforme prevê o artigo 39 da Lei nº 7.692/2002, vem intimar, os interessados elencados abaixo, para que procedam o atendimento integral dos respectivos ofícios/notificações de pendências, com prazo nele estabelecido, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste, sob pena de indeferimento por inércia e/ou inviabilidade técnica e consequente arquivamento definitivo dos referidos processos em conformidade com o Art. 40 da Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017.

Processo	Interessado
82105 - 2014	INTERESSADO: RUI ZANCHET CPF/CNPJ: 131.215.109.91 DESPACHO: 238/2022/CAPIA/SUIMIS/SEMA-MT RESPONSÁVEL TÉCNICO: RENATO NASCIMENTO ARAÚRJO
436000 - 2021	INTERESSADO: FAZENDA SCHNEIDER LTDA CPF/CNPJ: 31.393.840/0001-95 DESPACHO: 230/2022/CAPIA/SUIMIS/SEMA-MT RESPONSÁVEL TÉCNICO: HÉLIO DAVID DE ALMEIDA FILHO
422275 - 2016	INTERESSADO: CRISTIANE CANOZO CPF/CNPJ: 202.747.038.74 DESPACHO: 234/2022/CAPIA/SUIMIS/SEMA-MT RESPONSÁVEL TÉCNICO: GILCLER ALCINO SABAINI DE SOUZA
684367 - 2017	INTERESSADO: PLÁCIDO RIBEIRO VAZ CPF/CNPJ: 31.393.840/0001-95 DESPACHO: 209/2022/CAPIA/SUIMIS/SEMA-MT RESPONSÁVEL TÉCNICO: ROSIMAR AMORIM YOSHIMURA
15364 - 2022	INTERESSADO: RICARDO CASTELLAR DE FARIA CPF/CNPJ: 909.464.999-34 NOTIFICAÇÃO: 155455/CAPIA/SUIMIS/2022 RESPONSÁVEL TÉCNICO: FELIPE CUNHA CAVASSAN
199393 - 2021	INTERESSADO: EGON HOEPERS CPF/CNPJ: 100.605.709-97 DESPACHO: 229/2022/CAPIA/SUIMIS/SEMA-MT RESPONSÁVEL TÉCNICO: LUIZ AUGUSTO SIEBENEICHLER

Paulo de Tarso Abranches Soares

Coordenador de Atividades de Pecuária Intensiva, Irrigação e Aquicultura.

ORIGINAL ASSINADA

Cuiabá 08 de setembro de 2022

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, torna públicas as seguintes licenças emitidas pela Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços.

Cuiabá, 08 de setembro de 2022.

Protocolo	Nº Licença	R a z ã o Social	A t i v i d a d e Licenciada	Município
29804/2022	LP nº 315844/2022	Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste	Pavimentação, drenagem de águas pluviais e sinalização viária.	Mirassol D'Oeste/MT

Lilian Ferreira dos Santos

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

Valmi Simão de Lima

Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços

RESOLUÇÃO CEPESCA Nº 005, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

Estabelece o período de defeso da piracema nos rios das Bacias Hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins, em Mato Grosso.

O CONSELHO ESTADUAL DE PESCA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CEPESCA, no uso das competências que lhe são conferidas por lei pelo art. 6º, inciso III da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009 e, Considerando o inciso XX, art. 8º da Lei Complementar da União nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

Considerando a decisão, dos membros do Conselho de Pesca - CEPESCA em sua 4ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 08 de setembro de 2022, com base nos resultados oferecidos pela Monitoramento Reprodutivo dos Peixes de Interesse Pesqueiro no Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o período de 03 de outubro de 2022 a 02 de fevereiro de 2023, como defeso da piracema, no Estado de Mato Grosso, nos rios das bacias hidrográficas do rio Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins.

Art. 2º Permitir, nos rios das bacias hidrográficas do rio Paraguai, Amazonas e Araguaia, a pesca de subsistência, desembarcada.

Parágrafo único. Entende-se por pesca de subsistência aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas e/ou tradicionais, para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

Art. 3º Estabelecer a cota diária de três quilos ou um exemplar de qualquer peso, por pescador para fins de subsistência, respeitado os tamanhos mínimos de captura estabelecidos pela legislação para cada espécie.

Parágrafo único. Fica proibido o transporte e a comercialização do pescado proveniente da pesca de subsistência, no período de que trata o art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Fixar o segundo dia útil após o início do defeso da piracema como prazo máximo para declaração ao órgão ambiental estadual de meio ambiente competente, dos estoques de peixes in natura, resfriados ou congelados, provenientes de águas continentais, existentes nos frigoríficos, peixarias, entrepostos, postos de venda, restaurantes, hotéis e similares.

§ 1º A declaração de estoque de pessoa física só será permitida ao pescador profissional mediante apresentação de DPI (Declaração de Pesca Individual), emitida em seu próprio nome.

§ 2º A declaração de que trata este artigo se estende aos peixes vivos nativos da bacia para fins ornamentais ou para uso como isca viva.

Art. 5º Ficam excluídas das proibições previstas nesta Resolução:

I - A pesca de caráter científica, previamente autorizada por Órgão Ambiental Competente; e

II - A despesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento, a industrialização e o armazenamento de peixes, com a comprovação de origem, provenientes de aquicultura ou pesque-pague licenciados junto aos órgãos competentes e registrados no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, bem como do pescado previamente declarado a que se refere o art. 4º desta Resolução.

Art. 6º Todo produto de pesca oriundo de outros estados ou países deverá estar acompanhado de comprovante de origem sob pena de multa, perda de pescado e dos petrechos, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca.

Art. 7º Aos infratores desta Resolução serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Estadual nº 9.096 de 16 de janeiro de 2009 e na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, bem como nas demais legislações pertinentes.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.

Cuiabá, 08 de setembro de 2022.

Alex Sandro A. Marega

Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente
Presidente do CEPESCA